

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE- BA¹

Nicole Ferreira Pereira²

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que tem como propósito apresentar e discutir as principais necessidades formativas e a importância da formação docente para a educação inclusiva, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola da rede municipal de ensino de São Francisco do Conde - Bahia. Por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, a pesquisa envolveu uma professora da educação básica e uma coordenadora pedagógica como participantes. Foi possível constatar que as profissionais se sentem despreparadas para atuarem com educandos com necessidades educativas especiais, e que não possuem nenhum tipo de formação voltada para a educação inclusiva. Os resultados apontam para a necessidade urgente da efetivação da formação docente inicial e continuada para a educação inclusiva.

Palavras-chave: inclusão escolar - São Francisco do Conde (BA); professores de ensino fundamental - formação.

ABSTRACT

This article presents the results of a research that aims to present and discuss the main formative needs and the importance of teacher training for inclusive education in the early years of elementary education in a school of the municipal education system of São Francisco do Conde - Bahia. Through semi-structured interviews, the research involved a basic education teacher and a pedagogical coordinator as participants. It was possible to verify that the professionals feel unprepared to work with students with educational needs, and that they do not have any kind of training focused on inclusive education. The results point to the urgent need for the effectiveness of initial and continuing teacher training for inclusive education.

Keywords: elementary school teachers - training; school inclusion - São Francisco do Conde (BA).

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campos dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cassia Santos Barbosa.

² Bacharela em Humanidades e Licencianda em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A relevância desse trabalho se dá a partir do entendimento o qual propõe a perspectiva da Educação Inclusiva, advindo do princípio que todos os indivíduos tenham a oportunidade de vivenciar experiências formativas, interagir e aprender independentemente de suas limitações e especificidades, conforme prevê a legislação nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996. Nesse sentido, é necessário que o ato de educar inclua a todos através da garantia da acessibilidade e equidade. Por conseguinte, a ação educacional inclusiva visa promover acesso à perspectiva de aprendizagem a todos que têm esse direito negligenciado, portanto é preciso planejar ações fundamentais a fim de garantir esses direitos e para atender às demandas de uma educação realmente inclusiva nas redes de ensino municipais. Espera-se com os resultados dessa pesquisa ampliar as discussões acerca da importância da formação docente para a inclusão dos alunos e alunas com necessidades educativas especiais nas redes municipais de ensino, e pensar em como essa formação pode ajudar no processo de identificação de tais necessidades e nas possibilidades de intervenção pedagógica, a fim de contribuir de maneira significativa na prática docente.

Para alcançar seus propósitos, o presente estudo delimitou como objetivos conhecer as necessidades formativas de docentes para a educação inclusiva no contexto específico pesquisado; provocar um debate necessário acerca da formação continuada para o processo de inclusão educacional; e analisar os recursos e suportes pedagógicos disponíveis para atender aos alunos com necessidades educativas no âmbito da rede de ensino no município de São Francisco do Conde (BA).

O interesse pelo tema surgiu com base em uma inquietação enquanto futura docente, além do interesse individual em debater sobre essa temática por questões familiares. Tenho um primo diagnosticado com autismo leve aos 7 anos e penso em seu processo de formação sem educadores formados para entender suas necessidades educativas; tenho também um outro primo de 24 anos, com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e que teve seu processo de ensino e aprendizado marcado por traumas e dificuldades de aprendizagem, porque não foi diagnosticado previamente. Penso em como seria sua trajetória escolar se ele tivesse um acompanhamento adequado na rede de ensino e professores devidamente capacitados para lidar com suas necessidades educativas. Em tal perspectiva, o

trabalho propõe uma reflexão sobre a relevância da formação docente para educar crianças com Necessidade Educativas Especiais, e como esse processo de formar docentes para lidar com crianças consideradas atípicas pode ajudar no percurso de ensino e aprendizagem dos discentes ainda no início da trajetória educacional.

No intuito de problematizar sobre tais questões, sabendo que não será possível de fato respondê-las neste momento, mas provocar um debate necessário, a pesquisa desenvolvida partiu do seguinte problema norteador: como os docentes estão sendo ou foram preparados para atuarem nas redes de ensino público para o processo de inclusão educacional das crianças com necessidades educativas no contexto de São Francisco do Conde?

Visando fomentar e colaborar com as discussões acerca da proposta da inclusão escolar, refletindo sobre as questões que entrelaçam a formação docente e suas respectivas necessidades formativas para atuarem na rede ensino do município em questão, buscou-se conhecer quais suportes pedagógicos são disponibilizados aos docentes pela unidade educacional para atender os alunos com deficiências e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção apresentam-se as principais documentações que regem a educação inclusiva; em seguida, na segunda seção, apresenta-se uma reflexão teórica acerca da formação docente para a educação inclusiva. Na terceira seção tem-se a apresentação do percurso metodológico, utilizado na pesquisa e, posteriormente, discorre-se sobre os principais resultados e discussões da pesquisa de campo, e por fim encontram-se as considerações finais.

2 A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Em 1990, durante um encontro que reuniu representantes de diferentes países, foi criada a declaração que firmava um compromisso de promover e garantir o pleno acesso e garantia de permanência e aprendizagem à educação a todas as pessoas com deficiência ou com NEE, através de medidas que possibilitem assim suprir as necessidades básicas de aprendizagem, sendo aprovada na “Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de

Aprendizagem,” nomeada de Declaração Mundial sobre Educação para todos. Dentre os principais aspectos citados, estão: “Universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças.”(UNESCO, 1990, p. 2)

Sendo assim, a Educação Inclusiva é fundamentada na ótica de que a escola deve ser um ambiente que integre a todos, de acordo com as suas necessidades e possibilidades educativas, a escola deve assumir o papel de espaço de inclusão ultrapassando a perspectiva da presença do aluno, e sendo assim incluir não deve ser apenas o ato de matricular crianças, deve estar visível nas ações pedagógicas, no aspecto ensino-aprendizagem, na relação aluno professor no currículo e no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

Em 1994, a Declaração de Salamanca, que discutiu os princípios, políticas e prática da educação especial, reafirmou o compromisso e a urgência de discutir a Educação Para Todos na educação regular. Lei de Salamanca ou Declaração de Salamanca é um documento que estabelece a necessidade e urgência da tomada de providências no que se refere ao ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais, na educação básica. Esse documento é resultante da “Conferência Mundial sobre a Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade” que aconteceu na Espanha, em 1994, reunindo 88 representantes de diferentes países e 25 organizações internacionais em Salamanca. A partir dessa declaração, estabelece-se uma discussão sobre as NEE e o processo de inclusão educacional, ultrapassando as questões limitadas às deficiências e discutindo sobre a adequação do ambiente escolar para atender a essas necessidades, referindo assim que as práticas dos processos de inclusão escolar sejam caracterizadas pelo ato de planejar, adequar e reformular as práticas educativas a fim de possibilitar um processo de ensino e aprendizagem capaz de abranger a todos/as com necessidades educativas, sem quaisquer distinções.

[...]as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras [...] terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais [...] declaração de Salamanca (1994, p. 6)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, o art. 1º define que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” A constituição garante no art. 3º, inciso I, o direito à “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”.

A educação como principal base da construção de uma sociedade inclusiva e de um estado democrático deve possibilitar o processo de aprendizagem de todos os/as alunos, oferecendo espaços e estruturas que atendam às necessidades básicas e educativas dos educandos, sendo esse processo um grande desafio pedagógico e docente. A LDB da Educação Nacional nº 9.394/1996, no capítulo V da Educação Especial, trouxe à tona essas discussões no art. 58 “entende-se por educação especial [...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Os marcos históricos das leis brasileiras, manifestos e movimentos políticos sobre educação inclusiva são extensos (como por exemplo a Declaração de Salamanca, a LDB nº 9.394/1996) e, a cada etapa dessas trajetórias, são visíveis os distanciamentos do cenário educacional brasileiro; e sabemos que o processo de inclusão permeia o sistema educacional, que deve começar refletindo em como essas necessidades e possibilidades educacionais são atendidas por meio de formação, qualificação, profissionalização, estrutura e organização das escolas, portanto no chão da escola, corpo docente até o desenvolvimento de ações pedagógicas que atendam seus objetivos.

Reconhecemos que as leis acima mencionadas garantem o direito à educação de todas as crianças na educação formal, sem distinção. Qualquer criança, independente de cor, raça, religião, condição social e econômica ou de gênero, segundo a LDB, que torna o ensino obrigatório a partir da Educação Infantil aos 4 anos, diz que aos seis anos de idade as crianças devem estar na primeira série do ensino fundamental. No entanto, essa não é uma realidade no cenário educacional

brasileiro, pois o sistema de ensino, ainda em muitos casos, constitui-se como um espaço de exclusão. Logo, a educação inclusiva deve garantir a esses indivíduos uma educação de qualidade, para isso, é necessário uma estrutura e organização escolar adequadas e docentes capacitados/as para atender as necessidades educativas do público-alvo.

3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é considerada como um valor fundamental na estruturação e formação socioeducacional do indivíduo, propiciando o desenvolvimento da autonomia e independência dos seres humanos, servindo como alicerce para o crescimento humano no decorrer dos anos. Ao entrar no mundo da escrita e da leitura, aprendendo a compreender os sistemas de escrita numérico e alfabético, o indivíduo se torna mais ativo e pertencente à cultura de seu meio social.

Oliveira(2017), afirma que,

É fundamental, a escola e seus educadores rever e refletir sobre certas condutas no contexto escolar, pois, a escola juntamente com seus profissionais da educação, não podem elaborar currículos e programas educacionais que privilegie apenas uma parcela de nossa sociedade, seja em termos econômicos ou em termos de habilidades físicas e cognitivas. É preciso currículos e programas que proporcionem uma educação qualitativa voltada para as necessidades dos alunos inseridos no ambiente escolar. (OLIVEIRA, 2017,p. 1)

Para a ação pedagógica a partir do contexto da diversidade, é necessário que seja construído um trabalho com redes de encontros. Encontros de saberes, fazeres, reflexões, metodologias, estratégias de ensino, recursos, perspectivas avaliativas, pois, dessa forma, estaremos nos constituindo sujeitos coletivos. Vivemos o tempo de tradução, isto é, o momento de criar diálogos entre os diferentes conhecimentos e experiências disponíveis neste mundo tão plural e heterogêneo (SANTOS, 2007).

Nessa perspectiva é assegurado e fundamentado por lei a obrigatoriedade do Estado em fornecer educação de qualidade e gratuita para todos, para além disso possibilitar mecanismos para que o sistema educacional seja um espaço socialmente inclusivo. Ainda assim, a realidade dos espaços escolares é totalmente diferente do

ideal, o ambiente de ensino e seu sistema é excludente e todos/as aqueles/as que não se enquadram no perfil dito “normal” passam ou sofrem o processo de exclusão.

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar, sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social. (GLAT,2009, p. 16)

Todo esse percurso histórico passou a ser um importante passo na luta para a conquista de direitos no que diz respeito à educação inclusiva. Para além da aprovação de leis, criação de projetos e diretrizes curriculares, é necessário pensar na formação docente enquanto instrumento indispensável nesse processo. A problematização central das discussões sobre educação inclusiva está em qual é o papel do educador nesse processo de incluir e abranger suas práticas educativas a fim de contribuir nos processos de ensino e aprendizagem do aluno com necessidades educativas.

De acordo com Effgen & Jesus (2012):

Cabe-nos entender como as escolas vêm lidando com as questões da inclusão escolar e, também, fomentar essas experiências nos processos de formação docente, possibilitando o acesso a reflexões teórico-práticas, que permitam uma leitura crítica da realidade e alicercem projetos que visem à transformação (p.20)

Portanto, é clara a necessidade de uma mudança de paradigma no sistema educacional atual para viabilizar propostas e projetos de educação inclusiva, favorecendo e promovendo o compromisso de garantir oportunidades educacionais aos grupos excluídos, compromisso esse firmado por leis que garantem que a educação inclusiva dentro do sistema de ensino deve desenvolver ações, estratégias, ferramentas e práticas educacionais que possibilitem a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem em condições equitativas, além de fomentar sobre a importância da formação continuada, pois a mesma possibilita os educadores desenvolverem capacidades qualitativas no processo de ensino e aprendizagem.

A formação continuada do educador no contexto especial e inclusivo visa à capacidade de reflexões dos acontecimentos e da trajetória das pessoas com necessidades educacionais especiais, onde, analisa-se como era normal na Antiguidade a eliminação das pessoas consideradas “deficientes”, pois na época acreditava-se que eram inúteis para a vida em sociedade. (OLIVEIRA, 2017, p.4)

É necessário pensar em como se dá a formação docente, e quais são os desafios pedagógicos a fim de repensar a formação e qualificação clássica e universalizada do método pronto para educar e ensinar, é preciso questionar e problematizar em como o docente não é preparado para lidar com alunos que possuem necessidades e possibilidades educativas especiais e de criarem metodologias pedagógicas que abarquem diferentes formas de aprendizagem. Para que haja uma organização escolar na perspectiva da inclusão é necessário prever e elaborar planejamento e práxis educativas alicerçados no trabalho docente que crie ações pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, Correia (2008, p. 28), com vistas a essa perspectiva formativa, destaca que:

Os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

A formação docente deve proporcionar aos docentes conhecimento de forma abrangente, para desenvolver sua prática pedagógica atendendo as demandas de crianças que apresentam características individuais em seu desenvolvimento educacional. Para que isso aconteça devemos pensar também em como se dá a organização do currículos de formação inicial nas universidades, que devem buscar proporcionar aos futuros docentes experiência para além da teoria.

Os currículos de formação docente deveriam disponibilizar aspectos pedagógicos e instruir os profissionais em formação para que no exercício da docência criem ferramentas educativas que atendam às diferentes necessidades de aprendizagem e inclua o alunado com deficiência no processo de ensino e aprendizagem, sendo necessário pensar como estão estruturados esses currículos no cursos de licenciaturas.

A proposta curricular dos cursos de pedagogia oferece ao licenciando uma breve ou quase nenhuma discussão sobre como lidar com diferentes formas de aprendizagem no âmbito escolar. Um componente curricular seria suficiente para

oportunizar aos mesmos “capacidade formativa” para enfrentar a pedagogia da diferença no chão da escola? Acreditamos que não.

Este fato deve-se a que os currículos de formação de professores, em sua grande maioria, possuem reduzida carga horária com informações sobre alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-se desta forma difícil, senão impossível, que os professores consigam identificar e trabalhar eficientemente com estes alunos em suas salas de aula (NOGUEIRA, 2000, p. 36).

A formação docente é, portanto, um importante instrumento norteador para garantir que o aluno se sinta de fato incluso no seu ambiente de ensino e aprendizagem; contudo incluir não significa apenas criar métodos de ensino específicos para um determinado aluno, significa repensar as práticas docentes para atingir o objetivo esperado pelo educador de forma coletiva e inclusiva, sem discriminar, excluir ou silenciar qualquer aluno (com ou sem necessidades específicas para aprendizagem).

O processo de inclusão deve acontecer nas práticas cotidianas das escolas. Com isso, as ações pedagógicas devem existir na perspectiva de criar um ambiente educativo com vistas à promoção de uma maior inclusão dos alunos com necessidades educacionais. Cabe assim aos docentes criar e elaborar ações, metodologias e estratégias educativas visando a construção de valores éticos e morais que contribuam no processo de inclusão.

Dentro dessa perspectiva, é impossível abordar e discutir um sistema educacional que inclua sem analisar e criticar construtivamente propostas e estratégias pedagógicas da atuação de educadores, a fim de observar se oferecem aos indivíduos plena capacidade de se sentirem de fato incluídos. Portanto, é fundamental pensar uma formação docente continuada no processo de ensino e aprendizagem.

Problematizar e cobrar projetos e programas de formação docente que integrem o público com necessidades educativas de aprendizagem perpassa o âmbito educacional, é pensar nesses indivíduos como coadjuvantes e protagonistas na sociedade, a fim, de se tornarem sujeitos críticos, ativos e participativos no seu convívio social. Mas para que tudo isso ocorra faz-se necessário um processo permanente de formação.

4 PERCURSO METODOLÓGICOS

Com o intuito de refletir acerca da importância da formação docente para a inclusão dos alunos e alunas com Necessidade Educativas Especiais, assim como refletir acerca dos desafios e possibilidades educacionais disponíveis para esses estudantes, este trabalho de natureza qualitativa, com caráter exploratório, visa investigar as principais necessidades formativas dos docentes que atuam nas redes de ensino que recebem estudantes com NEE no ensino regular, em uma escola da rede municipal de São Francisco do Conde - BA.

A técnica de coleta de dados escolhida foi a entrevista semiestruturada. Conforme Laville e Dionne (1999), o recurso da entrevista semiestruturada proporciona uma flexibilidade à coleta de dados, assim como uma maior abertura ao entrevistado, tornando dessa forma as respostas mais fidedignas, a qual se traduz através de uma série de perguntas que seguem o fio condutor que é a raiz da problemática, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas, na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas para esclarecimento.

A entrevista foi realizada (e gravada) com uma coordenadora pedagógica e uma professora do ensino regular que tem em sua turma um aluno com NEE. O campo de pesquisa escolhido foi uma escola da rede pública do município de São Francisco do Conde que possui Atendimento Educacional Especializado (AEE) e que recebe frequentemente estudantes com deficiências. Para tanto foram elaboradas 10 perguntas acerca dos seguintes temas norteadores: recursos pedagógicos que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem e inclusão dos discentes; ações e suporte oferecidos pela secretaria de educação do município; aspectos formativos dos docentes para a educação inclusiva.

Ressalta-se que antes do início das entrevistas as entrevistadas leram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual foi garantido o anonimato das participantes. No que tange a ética da pesquisa, ressalta-se que o estudo objetivou “o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional”³ das participantes envolvidas.

³ Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 – Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde, disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas envolveram duas profissionais atuantes na rede de ensino, sendo realizadas de forma individual. A primeira a ser entrevistada foi a professora regente de uma turma do 4º ano que acompanha em sua turma um aluno com deficiência. No segundo momento a coordenadora pedagógica da instituição concedeu a entrevista. Nos parágrafos seguintes serão trazidos os principais aspectos que emergiram dos dados coletados, conforme os temas norteadores trazidos na entrevista.

A docente e a coordenadora quando inquiridas sobre quais recursos ofertados pela escola para o atendimento de crianças com necessidades educativas, compreendem que os recursos didáticos disponíveis como jogos, atividades, materiais didáticos adaptados, o auxílio da professora de (AEE) e a sala de recursos multifuncionais contemplam e atendem o processo de ensino e aprendizados do alunado com necessidades educativas na instituição.

A nossa escola, ela tem o AEE que é o centro educacional especializado, com duas professoras concursadas em educação especial que dá esse suporte diretamente ao professor além da coordenação.” (Coordenadora pedagógica)

Aqui tem o AEE, além de outros recursos também como os materiais didáticos, como jogos adaptados que são produzidos pelas professoras do AEE. (Docente)

Além desses recursos didáticos, o município disponibiliza atendimentos por meio do Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial - PROAP, regulamentado pela lei municipal 528/2018, que atende crianças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental da rede municipal de educação. Sobre o PROAP, Castro (2022, pág. 12) descreve que

As escolas do município têm um modelo de relatório padrão: quando se percebe a dificuldade da criança, ou alguma alteração visível, a equipe escolar se reúne e preenche esse relatório e encaminha para o PROAP. A partir daí a criança passa pela avaliação com a neurologista, pelo serviço social e identificando a demanda eles são direcionados para as terapias e/ou atendimentos que a criança tiver necessidade, sendo eles nas áreas de musicoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, podendo contar também com pedagogos, psicomotricistas e psicopedagogos Castro (2022, p. 12)

Direcionando a pergunta sobre como se dá a relação escola e programa (PROAP) as entrevistadas demonstraram descontentamento no que diz respeito a efetividade do programa que atende a todas as escola da rede pública do município, o que é possível verificar nas falas a seguir:

[...] é uma proposta boa esse programa, mas infelizmente devido a demanda da rede, o programa não dá conta. A escola não consegue enviar muitos alunos, e no ano em curso a escola não conseguiu nenhuma parceria com o programa. (Coordenadora pedagógica.)

[...] existe uma demora no retorno da PROAP para atender esses alunos com necessidades educativas que precisam desse acompanhamento. (Docente)

É perceptível ao analisar a fala das profissionais e os objetivos do programa que existe uma lacuna entre teoria e prática, o programa não vem suprindo ao público de alunado com NEE, levando em consideração o período pandêmico e o retorno às aulas presenciais. Durante a entrevista, a coordenadora da escola afirma que, no ano de 2022, nenhum discente foi atendido pelo programa. Apesar da existência dessa rede de apoio ofertada pela SEDUC é notório pela fala das entrevistadas que a mesma não está sendo suficiente para toda a demanda social do município.

Em relação à formação docente para a educação inclusiva, as docentes foram inquiridas sobre as principais necessidades formativas para trabalhar com estudantes com NEE; sinalizaram que é um trabalho delicado, e que o crescente número de novos diagnósticos reforça a necessidade de uma formação continuada para atender os anseios docentes e trazer as necessidades do alunado para o debate central da escola. Segundo elas, as atividades de formação continuada devem ultrapassar a contextualização do que é a educação inclusiva e não devem ser resumidas a um dia de ação nas escolas.

[...] Não haja só o levantamento dos problemas, e sim como trabalhar, sugestões como fazer, como que eu trabalho com um aluno com necessidade especiais, como que eu acalmo um aluno em surto.[...] (Docente)

[...] É necessário uma formação continuada, não é a formação de um dia pra dizer o que é, o que é a gente sabe, seria mais uma formação continuada para tá trazendo mesmos as necessidades dos autistas por exemplo [...] (Coordenadora)

Com referência às iniciativas de formação continuada que visam o trabalho com estudantes com NEE promovido pela escola/rede, foi possível notar que não existe nenhum movimento com caráter formativo feito pela escola e nem promovido pela

secretaria de educação do município. Uma das entrevistadas afirma que quando acontece algum movimento do tipo é direcionado aos docentes do AEE. A docente caracteriza como complicada a ausência de formação continuada que contemple a todo corpo docente da instituição.

[...] Complicado, até o momento nenhuma, a última formação que participei foi sobre as crianças que estavam com todos os déficits devido a pandemia sendo aprovado automaticamente [...] O município poderia disponibilizar essa formação, mas quando acontece é reduzido para as docentes de AEE, e os demais docentes não participam dessa formação, acho realmente que precisa dessa formação, e de subsídio para trabalhar com essas crianças [...] (Docente)

[...] A rede oferece, aí eu acho que é um ponto de crítica mas aos professores de educação especial, geralmente as formações e tal é mais para o público de professores de educação especial, a gente não tem muita formação, nem professor nem coordenador [...] (Coordenadora)

Observando a fala da docente é notável que existe um problema estrutural que não assegura a formação continuada de professores para a educação inclusiva dentro da instituição e da rede de ensino como um todo, sendo que essa formação continuada é de extrema relevância, pois prepara o docente para sua prática pedagógica cotidianamente, auxiliando na alternância de metodologias para atender às necessidades educativas dos educandos. Pode-se notar a ausência dessas atividades de formação continuada, através da fala da coordenadora pedagógica da escola.

[...]Seria assim formações importantes não só para os coordenadores, mas para os professores que estão na sala de aula, além das meninas do AEE, e que seja uma formação continuada que eles pudessem formular as formação a partir do que os profissionais estão trazendo mesmo [...] (Coordenadora)

Vale ressaltar que a formação continuada é garantida por meio da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996, que estabelece a capacitação de professores como principal aspecto para o processo de inclusão, estabelece em seu artigo 59, inciso III que: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 2017, p. 40)

A realidade vivenciada no cenário educacional brasileiro no que se refere a formação continuada para a educação inclusiva é preocupante, pois existem leis que visam garantir a funcionalidade da educação inclusiva, mas ao mesmo tempo

encontramos docentes que não tiveram em sua formação nenhum tipo de capacitação ou especialização voltada para a educação inclusiva e atuam em redes de ensino que não promovem essa formação continuada.

[...]É complicado lidar com algumas deficiências, alguns transtornos é complicado, a gente não tem uma formação específica nessa área, a gente estuda e tem muita coisa que a gente não vê ou é teoria, mas quando chega na prática a gente vê que é completamente diferente [...] (Coordenadora)

A formação de professores e a consolidação de um ensino de qualidade para estudantes com NEE passa basicamente por dois tipos de formação profissional: a dos docentes que atuam no ensino regular e que necessitam “contar com o conhecimento mínimo exigido”; a dos professores especialistas nas mais diversas “necessidades educativas especiais” para que possam apoiar o professor do ensino regular e/ou atender os estudantes (BUENO,1993, apud, OLIVEIRA, et al, 2012).

Ainda que as escolas tenham em seu corpo docente professores especialistas que atuam no AEE, o que muito contribui no processo de ensino e aprendizagem, considerando as necessidades educativas específicas, identificando e elaborando estratégias e recursos pedagógicos para apoiar o professor regente e a coordenação pedagógica, ainda assim é necessário que os professores regentes tenham meios de garantir o acesso e desempenho do alunos público-alvo, através da formação continuada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos propostos para este trabalho, que se basearam principalmente na formação docente para a educação inclusiva, constatou-se que as docentes entrevistadas não possuem qualificação para atuarem com o alunos com necessidades educativas, destacando que a docente em questão acompanha um aluno com tais necessidades na sua sala de aula, além de observar que a coordenadora pedagógica também não possui ou dispõe de recursos para orientar e dar suporte aos docentes da instituição. É notório que ela se sente despreparada e sem suporte formativo por meio da escola ou da secretaria de educação municipal.

Essa não é uma realidade distante no cenário educacional brasileiro. A falta de formação docente para a educação inclusiva acaba sendo a realidade de muitos professores que atuam há anos na educação e que durante sua formação acadêmica não debateram de forma aprofundada sobre a temática, haja vista que a formação inicial não dá conta de aprofundar essas discussões. Sendo assim é de extrema relevância que as redes ofereçam esses suportes formativos, por meio de cursos de formação, além de criar e fortalecer políticas públicas já existentes de formação continuada.

Nota-se que é necessário realizar um investimento formativo ainda nos cursos de licenciatura como estratégia inicial para formar docentes qualificados para atender as demandas dos educandos com deficiências, pontuando que essas são ações inclusivas, que visam garantir que o espaço escolar seja um ambiente de possibilidades de desenvolvimento para todos, garantindo a permanência dos alunos que fazem parte de um grupo historicamente excluído. A formação continuada deve direcionar os movimentos docentes para adequar suas metodologias e ações de acordo com as necessidades educativas dos estudantes, visando garantir o processo de inclusão para além da estrutura e organização das escolas, ou seja, com real garantia de aprendizagem e de atendimento das necessidades de cada um/uma para que esses educandos se sintam de fato incluídos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96. Disponível em <
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2023.

CASTRO, Milena Adriana Oliveira de. Rede de apoio para crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em São Francisco do Conde: conhecendo o PROAP. 2022. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. link de acesso:
https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2542/1/2022_arti_milenacastro.pdf

CORREIA, L. M. Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

FILHO, Teófilo Alves Galvão (org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 139 -158

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro:7Letras, 2009

GLAT, R. A Integração Social dos Portadores de Deficiência: uma Reflexão, Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

JESUS, Denise Meyrelles de, and Ariadna Pereira Siqueira Effgen. "Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões." O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA (2012): 11-18.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LESCA, H.; FREITAS, H.; CUNHA Jr., M. Instrumentalizando a decisão gerencial. Revista Decidir; ano III, n.25, p.6-14, ago. 1996.

LAVILLE, Christian; Dionne, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre : Artmed : Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.

NOGUEIRA, M. L de L. O Fazer Psicopedagógico com Portadores de Altas Habilidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, V, 2000, São Paulo, Resumos. São Paulo: Mackenzie, 2000.p.36.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, Março de 2017. ISSN:2448-0959

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Therezinha Guimarães; Porto Alegre: Artmed, 2001. UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990

POZZEBON, M. & FREITAS, H. Construindo um E.I.S. (Enterprise Information System) da (e para a) empresa. Revista de Administração da USP, v.31, n.4, p.19-30, out./dez. 1996.

UNESCO. Resolução n. 02/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

UNESCO. Policy guidelines on inclusion in education. Paris, 2009.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994.